

EQUIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO

Sexismo dificulta ascensão de mulheres

Servidoras públicas denunciam estrutura machista e forte sobrecarga como barreiras para o crescimento profissional no Executivo federal, aponta estudo do Movimento Pessoas à Frente

» VICTOR ROGÉRIO*

O Brasil figura na última posição no ranking de participação feminina em cargos de liderança na América Latina, segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Explorando essa realidade, a pesquisa *Mulheres em cargos de liderança no Executivo Federal*, divulgada na última semana, mostrou que a ascensão de mulheres a posições de liderança no serviço público é dificultosa no país, indicando cobrança excessiva, machismo e assédio moral como principais obstáculos enfrentados pelas servidoras.

Ao todo, 70 mulheres em cargos de chefia no setor foram ouvidas pela pesquisadora Michele Fernandes, da Universidade de Brasília (UnB), sobre as questões que mais dificultam a progressão na carreira. Para 72,8% das entrevistadas, a cobrança em excesso e a expectativa de excelência pelos colegas pesam; 71,4% chamaram a atenção para a dificuldade de conciliar a profissão com a maternidade; e 64,2% reclamaram de ambiente sexista no trabalho. Além disso, 48,5% mencionaram relações interpessoais e indicações entre homens como perpetuadores do problema, enquanto 45,7% relataram o desrespeito como principal fator.

“Os dados identificaram que as principais barreiras profissionais que essas mulheres enfrentam é uma cobrança excessiva e uma expectativa de excelência na atuação delas enquanto líderes, ou seja, a mulher líder no serviço público, por conta da estrutura machista e do sexismo, não pode empregar um trabalho que não seja excelente. Então, é um nível

José Wagner



Jessika Moreira, diretora do MPF: “A mulher líder no serviço público não pode empregar um trabalho que não seja excelente”

de cobrança que, quando em comparação com os colegas pares homens, não há”, critica Jessika Moreira, diretora executiva do Movimento Pessoas à Frente.

Ainda segundo o estudo, as mulheres ocupam 42% dos cargos de chefia no Executivo federal, o que, segundo Jessika, é considerado um índice baixo. Já em funções específicas, como secretarias executivas e subchefias, os desequilíbrios de gênero e raça aparecem com mais força. Nessas áreas, as mulheres

ocupam apenas 27% dos cargos, enquanto os homens 73%. No exercício das funções, a desigualdade de raça também é evidente. “Quando a gente coloca o recorte racial, apenas 11% dos cargos de alta liderança do governo federal são ocupados por mulheres negras, o que é pior ainda, porque essa é a maior parcela da população brasileira”, pontua a diretora.

Em termos de remuneração, a disparidade entre homens e mulheres é marcante. “Entre os cargos

de maior faixa salarial, o número de mulheres em cargos de liderança é menor ainda. Na alta liderança, as mulheres estão apenas em 38% desses cargos, divididas em 27% de natureza especial, como secretários executiva, secretários especiais e subchefias, contra 73% de homens”, diz Jessika.

Desigualdade

Outro ponto importante destacado pela pesquisa é a necessidade de reverter estereótipos

de gênero que são comuns na estrutura do funcionalismo público. “Nós temos um Estado que diz, através das políticas, como ele se posiciona. Quando você tem uma licença-maternidade de quatro meses para uma mulher e de cinco dias para um homem, o que o Estado está dizendo para a sociedade? Está dizendo que ele está reforçando que a tarefa do cuidado é uma tarefa apenas da mulher. Então, esse é um peso que as mulheres carregam e que vai junto quando